78. Vistórias a embarcações de lotação inferior a 50 T. B., movidas por propulsor mecânico:	
Para o Tesouro Público	2\$
Ao presidente	1\$50
Ao engenheiro naval e oficial maquinista, como peritos, cada um	1\$50
Ao patrão-mor, como perito	\$60
Aos auxiliares, cada um	\$60
Pelo auto	\$80
Certidão, requerendo-a	\$30
79. Vistórias a máquinas motoras de navios ou embarcações, quando não compreendidas na vistória geral:	
Para o Tesouro Público, presidente, maquinista e auxiliares será paga a importância que por esta tabela corresponder à tonelagem do navio ou embarcação movida com propulsor mecânico a que a máquina pertença.	
Estas vistórias são gratuitas quando sejam de motores volantes adaptáveis a embarcações de pesca.	
80. Vistórias a barcas para banhos, pontões e barcaças, seja qual fôr a sua lotação:	
Para o Tesouro Público	2\$50
Ao presidente	2\$
Ao engenheiro naval, como perito	1\$80
Ao patrão-mor como perito	\$80
Aos auxiliares, cada um	\$70
Pelo auto	\$80
Certidão, requerendo-a	\$30
81. Vistórias a amarrações para navios ou embarcações até 100 toneladas de arqueação T. B.:	
Para o Tesouro Público	1\$50
Ao patrão-mor, como perito, piloto-mor e demais peritos, cada um	\$60
De mais de 100 toneladas de arqueação T. B.:	
Para o Tesouro Público	2\$
Ao patrão-mor, como perito, piloto-mor e demais peritos, cada um	1\$
Pelo auto, em todos os casos	\$80
82. Vistórias pela determinação de local para estabelecer armação fixa para pesca de atum, sardinha ou outros peixes:	
Para o Tesouro Público	4\$50
Ao presidente	2\$
Aos peritos da especialidade, cada um	1\$20
Pelo auto	\$80
Certidão, requerendo-a	\$60
83. Vistórias a terrenos de jurisdição marítima:	
Para o Tesouro Público	2\$
Ao presidente	1\$
Aos peritos, cada um	\$80
Pelo auto	\$80
Certidão, requerendo-a	\$60
84. Verificação de posição da armação de atum ou sardinha, quando requerida:	
Para o Tesouro Público	8\$
Para a autoridade marítima que fizer a verificação	2\$
Certidão, requerendo-a	\$80
85. Visto nos róis de matrícula:	
De navios de 500 ou mais toneladas de arqueação T. L.	\$50
De navios de 150 até 500 toneladas de arqueação T. L.	\$20
De navios inferiores a 150 T. B.	\$15
86. Vistos nos livros de derrotas cada um	\$20
87. Vistos nos livros de máquina dos navios de comércio movidos a vapor, cada um	\$20
88. Inspeção às estações rádio-telegráficas dos navios mercantes:	
Para o Tesouro Público	4\$00
Para o adjunto do departamento	3\$00
Ao telegrafista naval	1\$00
Auto	\$30
Certidão	\$50

Observações

- I. As arqueações e vistórias, ainda que não possam ser concluídas num só dia, são consideradas como uma única vistória ou arqueação para efeito da cobrança das verbas constantes desta tabela, se a causa da demora não provier do proprietário ou pessoal do navio ou embarcação.
- II. As vistórias a amarrações, navios e embarcações pertencentes ao Estado, são gratuitas.
- III. Pelas vistórias periódicas, excepto as feitas em doca seca, necessárias à avaliação das condições de navegabilidade de navios ou embarcações e por aquelas a que a autoridade marítima por iniciativa própria mande proceder, não é

devida qualquer verba. Em tal caso, os peritos que não tenham vencimentos pagos pelo Estado recebem da Fazenda Nacional o indicado nesta tabela, considerando-se como uma só vistória, para os efeitos do pagamento, todas as que no mesmo dia se realizarem.

- IV. Em todas as verbas principais serão incorporados os diversos adicionais correspondentes a essas verbas, como determina o decreto de 25 de Maio de 1911.

Paços do Governo da República, em 29 de Junho de 1914.—O Ministro da Marinha, *Augusto Eduardo Neuparth*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Segundo informa o Conselho Federal Suíço, a China aderiu recentemente à convenção de Roma, relativa à troca de encomendas postais. Esta adesão surtirá os seus efeitos a partir de 1 de Setembro do corrente ano.

O referido Conselho informou igualmente estar em correspondência com o Governo Chinês sobre as equivalências, segundo as quais a administração dos correios da China arrecadará as taxas das encomendas postais e que, uma vez informado a este respeito, o Bureau Internacional da União Postal Universal notificará estas equivalências às administrações postais dos países contratantes.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 25 de Junho de 1914.—Pelo Director Geral, o Chefe de Repartição, *Lambertini Pinto*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

LEI N.º 212

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Governo a despendar, até 348.000\$, com a construção da linha de Évora a Ponte de Sôr, no lanço de Mora a Rui Vaz, incluindo a ponte, sobre o Raia.

§ único. Esta importância poderá ser levantada com aquela a que se referé o artigo 3.º da lei de 3 de Abril de 1913, devendo ser amortizada no mesmo periodo de tempo com a anuidade de 20.717\$14, nos termos do mesmo artigo e bases anexas à lei supracitada.

Art. 2.º Os encargos do empréstimo serão satisfeitos pelas receitas do fundo especial dos Caminhos de Ferro do Estado.

§ 1.º Quando as disponibilidades dessas receitas forem, acidentalmente, insuficientes para a entrega à Junta do Crédito Público dalguma anuidade, será a quantia necessária deduzida da prestação mensal da receita líquida a entregar ao Tesouro pela Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, nos termos do n.º 2.º da base 3.ª da carta de lei de 14 de Julho de 1899, abrindo-se uma conta de subsídios extraordinários do fundo especial dos Caminhos de Ferro do Estado, em que serão lançadas essas quantias, para serem pagas pelo mesmo fundo especial, não se devendo, porém, contrair novo empréstimo enquanto não estiver satisfeito o débito do Tesouro.

§ 2.º Continua em vigor o disposto em o artigo 2.º da lei de 27 de Outubro de 1909, que manda construir o ramal de Sines.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e do Fomento a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 29 de Junho de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*António dos Santos Lucas*—*João Maria de Almeida Lima*.